

# Escola aponta caos

de

4/2/87, QUARTA-FEIRA • 13

## na educação do DF

"O governo levou a educação ao caos e serão precisos pelo menos dez anos para recuperá-la". Assim o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do DF, Jaime Sveiter, sintetiza a situação das escolas particulares no país. Sveiter afirma que as mensalidades cobradas até o ano passado estão totalmente desatualizadas, correspondendo a um custo diário, para cada aluno, correspondente ao preço de um maço de cigarros. O presidente do Sindicato diz que a solução para os estabelecimentos privados é o governo analisar a situação sob aspectos técnicos, deixando os critérios políticos de lado.

Segundo Jaime Sveiter, o decreto assinado pelo governo em relação aos índices de aumento das mensalidades, inviabiliza economicamente o funcionamento das escolas. O nível estabelecido é de 35% de aumento, mais 15% negociados e uma margem de defasagem que pode ser tratada diretamente com o MEC. Tanto os 15% quanto a defasagem, segundo o SINEPE-DF, não são reajustes, mas antecipação de receitas futuras e as decisões sobre a margem de defasagem são tomadas numa comissão formada pelo governo. Jaime Sveiter critica a própria composição desta comissão, que tem representantes do Conselho de Educação, Secretaria de Educação, MEC e Sunab, além de um representante dos pais, um dos alunos, um dos professores e um dos estabelecimentos. "Além de sermos minoria nesta comissão, os resultados das análises são levados ao Conselho Federal de Educação, que tem sempre que seguir a política econômica do governo".

O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino também se posiciona em relação às diversas acusações que lhe

têm sido feitas durante esta crise. A diretora do Procon, Elisa Martins, por exemplo, declarou que algumas escolas teriam sido financiadas pelo governo e não teriam razão de aumentar suas mensalidades. Jaime Sveiter pede que Elisa Martins cumpra a promessa de publicar na imprensa a lista das escolas subvençionadas e sugere que não se confunda financiamentos para construção de prédios com subvenções. Outra farpa é arremessada contra o Dieese, que disse que as escolas particulares estão tendo lucro. "É desafio o Dieese a um debate público, em que se prove este suposto lucro".

A principal conclusão dos donos de escolas particulares é que a crise advém de um problema de base: os baixos salários pagos aos funcionários dos estabelecimentos. Os proprietários sustentam que o movimento reivindicatório está sendo feito pensando na qualidade dos serviços escolares e que o próprio Sindicato dos Professores, interessado mais em manobras políticas, não se interessou pelo problema, fazendo greves sem tocar nos problemas essenciais da educação. Para o presidente do Sindicato, a própria função do governo quanto à obrigação constitucional de prover a educação para a população foi desvirtuada, porque ao invés de construir e manter estabelecimentos de ensino, o governo poderia subsidiar o ensino aos estudantes utilizando o serviço das escolas particulares. Esta solução, segundo Jaime Sveiter, seria muito mais viável economicamente.

Firmes na posição de não iniciarem as aulas enquanto a situação não for resolvida, os estabelecimentos particulares de ensino se reúnem neste final de semana para avaliar as suas dificuldades.